

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL
INDÍGENA CACIQUE JOSÉ BORGES DO POVO TAPUIA (GO):
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E SABERES ESPECÍFICOS¹**

Lorraine Gomes da Silva²

Universidade Estadual de Goiás

Odelfa Rosa³

Universidade Federal de Goiás

Patrícia Francisco de Matos⁴

Universidade Federal de Goiás

Resumo

Como citar:

SILVA, L. G da; ROSA, O.; MATOS, P. F. de. Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Indígena Cacique José Borges do Povo Tapuia (GO): educação escolar indígena e saberes específicos. **Revista Geografia em Atos (Online)**, v.5, ano 2021, p.1-19, DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.2021.8420>

Recebido em: 2020-10-16

Devolvido para correções: 2021-01-17

Aceito em: 2021-02-04

Publicado em: 2021-04-14

O Povo Tapuia, vive na Terra Indígena Carretão I e II, localizada entre os municípios de Rubiataba e Nova América no estado de Goiás, Brasil. O objetivo desse texto é refletir sobre a Educação Escolar Indígena e os saberes específicos que compõem o currículo proposto pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Indígena Cacique José Borges. A questão basilar que norteou esse estudo foi: os conteúdos específicos propostos pelo currículo do PPP da Escola Estadual Indígena Cacique Jose Borges, é adequado para a realização de uma Educação Escolar Indígena que atenda as realidades do povo Tapuia? A abordagem é qualitativa e a metodologia utilizada foi a documental. Nesse sentido, o estudo minucioso do PPP constituiu no aporte para as discussões aqui apresentadas. Constatou-se que esse povo tem a Educação Escolar Indígena como ferramenta essencial na busca de autonomia e fortalecimento identitário, linguístico e sociocultural.

Palavras-chave: Povo Tapuia; Projeto Político Pedagógico; Educação Escolar Indígena; Saberes Específicos

² Doutora, mestra e licenciada em geografia. Pós-doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), regional Catalão. É docente da Universidade Estadual de Goiás (UEG), campus de Cora Coralina.

E-mail: lorrannegomes@gmail.com

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-3760-3705>

³ Doutora, mestra e licenciada em geografia. É docente da Universidade Federal de Goiás (UFG), regional Catalão.

E-mail: rosaodelfa@gmail.com

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-5670-1234>

⁴ Doutora, mestra e graduada em geografia. Pós-doutorado em geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É docente da Universidade Federal de Goiás (UFG), regional Catalão.

E-mail: patriciafmatos@yahoo.com.br

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-9905-2710>

¹ Essa pesquisa teve apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela Bolsa PNPd (12 meses).

PEDAGOGICAL POLITICAL PROJECT OF THE INDIGENOUS STATE SCHOOL “CACIQUE JOSÉ BORGES” OF TAPUIA PEOPLE (GO): INDIGENOUS SCHOOL EDUCATION AND SPECIFIC KNOWLEDGE

Abstract

The Tapuia People live in the Indigenous Territory Carretão I and II, which is located between the municipalities of Rubiataba and Nova América, in the state of Goiás, Brazil. The purpose of this text is to reflect on Indigenous School Education and the specific knowledge that make up the curriculum proposed by the Pedagogical Political Project (PPP) of the Cacique José Borges Indigenous State School. The basic question that guided this study was: are the specific contents proposed by the PPP Curriculum of the Cacique José Borges Indigenous State School adequate for an Indigenous School Education that meets the realities of the Tapuia People? The approach is qualitative and the methodology used was the documentary. In this sense, the detailed study of the PPP contributes to the discussions presented here. It was found that these People have Indigenous School Education as an essential tool in the search for autonomy and identity, linguistic and socio-cultural strengthening.

Keywords: Tapuia People. Pedagogical Political Project. Indigenous School Education. Specific Knowledge

PROYECTO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE LA ESCUELA ESTADUAL INDÍGENA CACIQUE JOSÉ BORGES DEL PUEBLO POVO TAPUIA (GO): EDUCACIÓN ESCOLAR INDÍGENA Y SABERES ESPECÍFICOS

Resumen

El Pueblo Povo Tapuia vive en la Tierra Indígena Carretão I y II, ubicada entre los municipios de Rubiataba y Nova América en el estado de Goiás, Brasil. El objetivo de este texto es reflexionar sobre la Educación Escolar Indígena y los saberes específicos que componen el currículo propuesto por el Proyecto Político Pedagógico (PPP) de la Escola Estadual Indígena Cacique José Borges. La cuestión fundamental que guió este estudio fue analizar si los contenidos específicos propuestos por el currículo del PPP de la Escuela Estadual Indígena Cacique Jose Borges son adecuados para la existencia de una Educación Escolar Indígena que supla la realidad del pueblo Tapuia. El enfoque es cualitativo y la metodología utilizada fue la documental. En ese sentido, el estudio minucioso del PPP constituyó el aporte para las discusiones aquí presentadas. Se constató que ese Pueblo tiene la Educación Escolar Indígena como herramienta esencial en la búsqueda de autonomía y fortalecimiento identitario, lingüístico y sociocultural.

Palabras clave: Pueblo Tapuia; Proyecto Político Pedagógico; Educación Escolar Indígena; Saberes Específicos

Introdução

A presente pesquisa é resultado do estágio de pós-doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG), regional de Catalão, no período de março de 2019 a março de 2020, financiado pela Coordenação Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na modalidade Programa Nacional de Pós Doutorado da CAPES (PNPD).

As pesquisas junto aos povos indígenas de Goiás (Tapuia, Karajá e Avá-Canoeiro), iniciaram em 2008, no desenvolvimento do projeto de mestrado pelo Instituto de Estudos Socioambientais (IESA/UFG). Além do desenvolvimento da dissertação que foi sobre o povo Avá-Canoeiro, participei de várias pesquisas que possibilitaram conhecer os Tapuia e os Karajá. Em 2016, fiz o doutorado também sobre o povo Avá-Canoeiro, na mesma instituição. Além das experiências na UFG, desde 2010 sou professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG), câmpus Cora Coralina, Cidade de Goiás e nessa trajetória todas as pesquisas que desenvolvi e desenvolvo são relativas aos povos indígenas de Goiás.

A proposta desse texto é refletir sobre a Educação Escolar Indígena e os saberes específicos que compõem o currículo proposto pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Indígena Cacique José Borges do povo Tapuia. A escolha dessa escola se deu, por ter poucos estudos sobre ela e por se tratar de uma proposta particular, específica e diferente do modelo de educação das redes de escolas no Brasil.

De acordo com Goldenberg (2002, p.14): “o que determina como trabalhar é o problema que se quer trabalhar: só se escolhe o caminho quando se sabe aonde se quer chegar”. Desse modo, a questão basilar que norteou esse estudo foi: Os conteúdos específicos propostos pelo currículo do PPP da Escola Estadual Indígena Cacique Jose Borges, é adequado para a realização de uma Educação Escolar Indígena que atenda a realidade e necessidades do povo Tapuia?

Procedimentos Metodológicos

A abordagem da pesquisa foi qualitativa e teve a análise documental como metodologia. Conforme Silva e Mendes (2013, p.207) tal abordagem,

(...) baseia-se na compreensão e na interpretação dos fenômenos a partir de suas representações, crenças, opiniões, percepções, atitudes e valores. Nela, há uma relação dinâmica e interdependente entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa.

Ainda no âmbito da abordagem qualitativa e na utilização da análise documental como metodologia, Godoy (1995, p.21) afirma que:

Considerando, no entanto, que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques. Nesse sentido, acreditamos que a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas. Além disso, os documentos normalmente são considerados importantes fontes de dados para outros tipos de estudos qualitativos, merecendo, portanto, atenção especial.

É importante destacar que diversas metodologias são utilizadas de forma a se aproximar da realidade histórica e sociocultural, sendo a pesquisa documental aquela que busca compreendê-la de forma indireta por meio da análise dos vários e diferentes tipos de documentos produzidos pelas sociedades. Conforme Lüdke e Andre, (1986, p.38):

A análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse (...) colocar em destaque a pesquisa documental implicar trazer para a discussão uma metodologia que é “pouco explorada não só na área da educação como em outras áreas das ciências sociais.

Segundo Bravo (1991), são documentos todas as realizações produzidas pelo homem que se mostram como indícios de sua ação e que podem revelar suas ideias, opiniões e formas de atuar e viver. Para Phillips (1974, p.187) documentos são “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano”, e para Appolinário (2009, p. 67), documento é:

Qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Incluem-se nesse universo os impressos, os manuscritos, os registros audiovisuais e sonoros, as imagens, entre outros.

O documento escolhido para a análise foi o PPP da Escola Estadual Indígena Cacique José Borges do povo Tapuia. Compreende-se que pela análise do PPP, seja possível

observar elementos essenciais que compõem a proposta de uma educação característica e diferenciada à realidade indígena.

Povo Indígena Tapuia: contexto histórico

O povo Tapuia do Carretão tem sua história iniciada no processo histórico de colonização da Província de Goiás, no decorrer das políticas de construção de aldeamentos indígenas implementadas pela Coroa portuguesa, no século XVIII.

A formação sócio-histórica do Povo Tapuia, que assim como de vários povos no Brasil, é pautada em políticas de aldeamentos, contatos interétnicos, processos civilizatórios, escravização; catequização, entre outras formas opressoras e violentas utilizadas pelos colonizadores europeus que aqui chegaram no século XV.

O termo Tapuia é genérico e serviu para designar todos os povos que não tinha etnia definida. Vários agrupamentos de indígenas que viviam em aldeamentos receberam esse termo Tapuia (Xavante; Xerente; Karajá; entre outros). Isso, gerou posteriori graves problemas identitários, sobretudo, marcados pela ausência da língua indígena, sendo alvo de preconceitos e discriminação pelos não indígena. Essa classificação de Tapuia perdurou por mais de quatro séculos.

O Povo Tapuia é remanescente do aldeamento de Pedro III ou Carretão, construído em 1788, o aldeamento teve vida curta e as causas da decadência foram constantes conflitos decorrentes da imposição de uma vida contrária aos costumes indígenas e o agrupamento entre povos de etnias distintas, muitos deles tradicionalmente inimigos. Período que intensificou perdas linguísticas e de elementos socioculturais. Para Rodrigues (2018, p.134):

Devido às políticas coloniais vigentes no aldeamento Carretão, no século XVIII, o Povo Tapuia passou por um processo de integração linguístico-cultural e, agora, em função disso, sua identidade indígena é constantemente contestada por indígenas e não indígenas. Para a sociedade, os Tapuias “não são índios, porque não têm nem língua nem jeito de índio”. Os Tapuias, por sua vez, defendem sua ancestralidade indígena, vinculando-a ao aldeamento Carretão, que vigorou nos séculos XVIII e XIX.

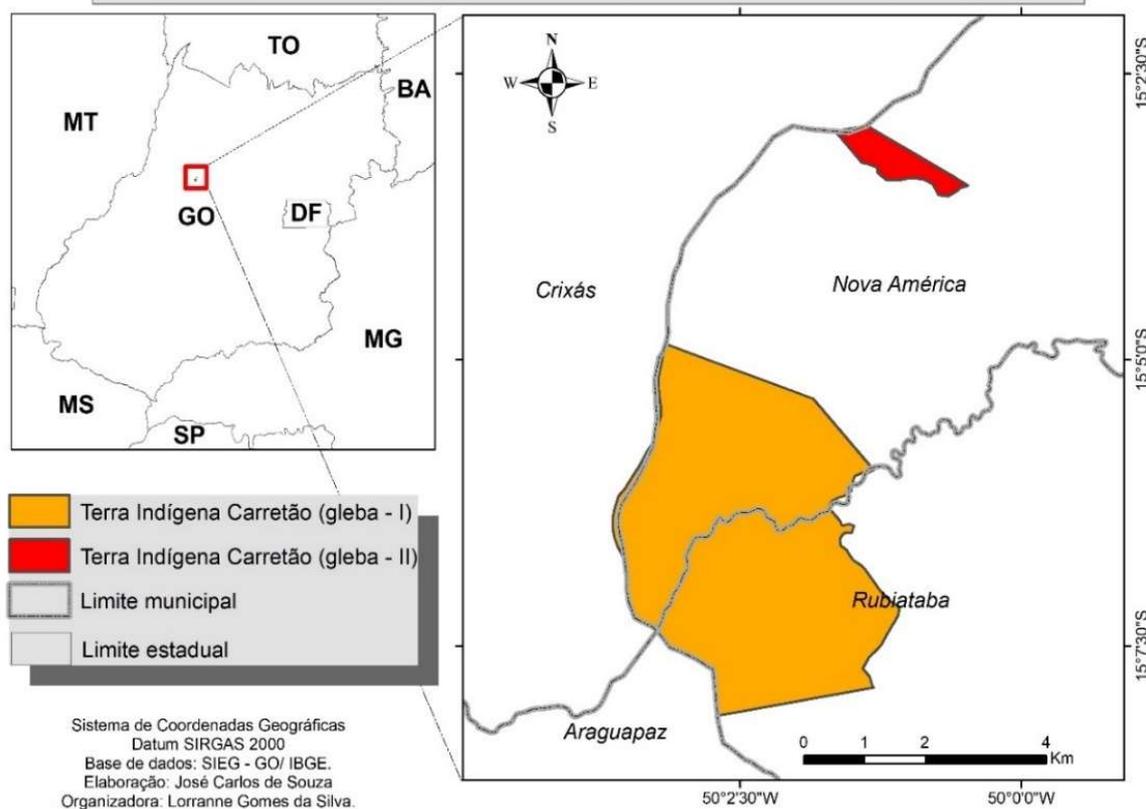
Até as duas primeiras décadas do século XX, o povo Tapuia vivia no local do antigo aldeamento Carretão. A Terra Indígena Carretão, onde vive o povo Tapuia em 2021,

começou a ser estudada pela FUNAI em 1983, demarcada e homologada apenas em 1999, situa-se nos municípios de Rubiataba e Nova América à noroeste do estado. Segundo Rodrigues (2018, p. 146):

A luta fundiária dos Tapuias é constante e intensa, desde o século XIX, promovendo conflitos na região e transformações substanciais na vida da comunidade. Graças à sua incansável luta em defesa do território, os Tapuias estão conseguindo a reapropriação de suas terras e o desenvolvimento de meios de sustentabilidade para seu povo, no que diz respeito à subsistência e à preservação do meio ambiente, da cultura, da educação e da língua.

De acordo com os dados locais da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI, 2020), o povo Tapuia em Goiás, formam uma comunidade de 220 indígenas que vivem na aldeia, e aproximadamente 400 indígenas que vivem fora da aldeia, em cidades vizinhas. A Figura 1 mostra a localização da Terra Indígena Carretão (áreas I e II) do povo Tapuia:

Figura 1. Localização da Terra Indígena Carretão, Povo Tapuia, Goiás.



Fonte: Silva, 2020.

A leitura da Figura 1 mostra que a Terra Indígena é composta por duas glebas não contínuas: a gleba 1, subdividindo-se em 1-A, localizada no município de Nova América, e 1-B, localizada no município de Rubiataba, totalizando 1.666 hectares; e a gleba 2, localizada também no município de Nova América, com uma área de 77 hectares. As duas glebas perfazem um total de 1.743 hectares que foram demarcadas em 1984, em meio de intensos conflitos com os fazendeiros da região.

Cada família Tapuia tem seu lote de terra, as casas são construídas no espaço da aldeia de maneira bem semelhante dos camponeses, distantes umas das outras. A língua do povo é o português-Tapuia. Compassada e simpática, cheia de atrativos e de alta capacidade de receber o Outro, inclinada às tramas do lugar mais que aos desvelos universais da cultura, o modo de falar Tapuia foi um argumento utilizado pelos fazendeiros para também negar a identidade indígena (SILVA, 2013).

O Povo Tapuia tem muitos desafios cotidianos, sobretudo, a questão identitária que ainda é latente e histórica, cunhada pelo termo genérico que envolve a própria epistemologia do nome Tapuia (índigenas sem etnia), produto de aldeamentos violentos e irreparáveis. Ao considerar o preconceito e a trajetória sócio-histórica e cultural desse povo Bicalho (2015, p. 582) considera que:

quanto mais próximos os indígenas estiverem dos não indígenas mais latentes são os conflitos relacionados à disputa pela terra; a não aceitação efetiva da diferença; a falta de conhecimento efetivo sobre a etnia e sua história; o desrespeito nas relações cotidianas; a ampliação das ações opressoras, ofensivas, preconceituosas; além do menosprezo, que leva à ausência de estima social/reconhecimento mútuo.

Nesse contexto, compreende-se que a Educação Escolar Indígena é para o povo Tapuia uma ferramenta essencial na busca de autonomia, fortalecimento identitário, linguístico e sociocultural, bem como para proteção e permanência em seu território.

Escola Estadual Indígena Cacique José Borges

A Escola Estadual Indígena Cacique José Borges foi inaugurada na aldeia Carretão em 2004, fruto de um processo de muita luta do povo Tapuia, iniciada na década de 1980 quando a primeira demarcação da Terra Indígena foi realizada. Já era desde o princípio desejo de os indígenas terem uma escola na aldeia, pois, todos que queriam estudar, tinham

que deslocar para municípios vizinhos, percorrendo 26 km para Nova América, 48 km para Rubiataba ou 19 km para Waldelandia. Além de cansativo, dificultava conciliar trabalho e escola, o rendimento e qualidade da aprendizagem ficavam comprometidos, a dependência de transporte e o alto custo com deslocamento levava a desistência, entre outros motivos.

Em 1980, a prefeitura de Rubiataba-GO construiu a Escola Municipal Tapuia para atender de 1ª a 4ª série. A estrutura era muito pequena contendo dois cômodos, uma sala de aula e uma cozinha. Apenas em 2003 que a Diocese de Rubiataba/Mozarlândia e a FUNAI, em parceria com outras dioceses e ONGs, levantaram recursos para a construção de uma escola maior que atendesse mais estudantes.

No dia 06 de julho de 2004, foi assinada pelo então governador do estado de Goiás a Lei N° 14.812 de criação da Escola Estadual Indígena Aldeia do Carretão. Porém, em 2010 recebeu como nome oficial: Escola Estadual Indígena Cacique José Borges, em homenagem à uma das lideranças do povo.

A Escola Indígena, foi construída no mesmo modelo das escolas não indígenas, salas com carteiras em fileiras, quadro e mesa para o professor. Esse modelo acabou sendo pouco discutido pela comunidade, que aceitaram sem muitos questionamentos, devido a urgência de se ter uma escola na aldeia, como mostra a Figura 2:

Figura 2. Imagens parciais da Escola Estadual Indígena Cacique José Borges, aldeia Carretão, 2019



Fonte: SILVA (2019).

A partir de 15 de abril de 2004, começou a ser implantado o ensino fundamental, de forma gradativa em conformidade com a Lei Federal n° 11.114/05 e a Resolução do CEE n° 258/05. Em 2007, foi autorizada a criação do Ensino Médio e em 2010 inserida a Educação Infantil. Sendo que o ensino fundamental e médio é de responsabilidade do estado

e a educação infantil do município de Rubiataba. A primeira turma do Ensino Fundamental concluiu em 2006 e a primeira turma do Ensino Médio concluiu em 2009.

O corpo docente é composto por 12 (doze) professores indígenas contratados, já que o estado de Goiás nunca lançou concurso para professores indígenas. Muitos são formados no curso Superior de Educação Intercultural, oferecido pela Universidade Federal de Goiás, para professores indígenas. O texto que segue fará reflexões sobre o PPP da escola estudada, sobretudo, objetiva compreender os saberes específicos elaborados pelos indígenas.

Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Indígena Cacique José Borges: Educação Escolar Indígena e saberes específicos

É preciso previamente refletir sobre o que é o PPP, para assim, poder analisar o que foi construído pelo povo Tapuia para Escola Estadual Indígena Cacique José Borges. De acordo com Betini (2005, p.38) o PPP mostra:

A visão macro do que a instituição escola pretende ou idealiza fazer, seus objetivos, metas e estratégias permanentes, tanto no que se refere às suas atividades pedagógicas, como às funções administrativas. Portanto, o projeto político-pedagógico faz parte do planejamento e da gestão escolar. A questão principal do planejamento é expressar a capacidade de se transferir o planejado para a ação. Assim sendo, compete ao projeto político-pedagógico a operacionalização do planejamento escolar, em um movimento constante de reflexão-ação-reflexão.

Para Veiga, (2002, p. 13-14):

A importância do projeto político-pedagógico está no fato de que ele passa a ser uma direção, um rumo para as ações da escola. É uma ação intencional que deve ser definida coletivamente, com consequente compromisso coletivo. Chamamos de político porque reflete as opções e escolhas de caminhos e prioridades na formação do cidadão, como membro ativo e transformador da sociedade em que vive. Chamamos de pedagógico porque expressa as atividades pedagógicas e didáticas que levam a escola a alcançar os seus objetivos educacionais. É importante que o projeto político pedagógico seja entendido na sua globalidade, isto é, naquilo que diretamente contribui para os objetivos prioritários da escola, que são as atividades educacionais, e naquilo cuja contribuição é indireta, ou seja as ações administrativas. É também um instrumento que identifica a escola como uma instituição social, voltada para a educação, portanto, com objetivos específicos para esse fim.

Gadotti (2000), afirma que um projeto político-pedagógico se constrói de forma interdisciplinar. Foi justamente na elaboração do PPP, que antecedeu a construção física da escola, que o povo Tapuia afirmou a necessidade de propor uma educação organizada e executada pelos indígenas conforme suas especificidades e modo de vida, sobretudo, que tivesse bases para contemplar um ensino multilíngue, interdisciplinar e intercultural.

O PPP, foi elaborado pelos indígenas, com apoio da Secretaria de Educação do Estado de Goiás (SEDUCE) que buscou assegurar a proposta apresentada pelo povo Tapuia. Para isso nascia um novo pensar sobre currículo; conteúdos; carga-horária; calendário; entre outros elementos que institucionalmente compõem a educação.

A Proposta da Escola Indígena defendida no PPP analisado, é sobretudo, garantir que o Povo Tapuia tenha, de fato, uma educação, com a efetivação de ensino diferenciado, intercultural; multilíngue, com currículo e calendário escolar adequados às demandas da comunidade. Para Nazareno (2017, p. 498):

A educação bilíngue e intercultural de caráter marcadamente político possibilitou retomar, pelo menos em parte, as línguas, os saberes e a dignidade dos povos indígenas. Ela possui relevância epistemológica ao demonstrar como os saberes indígenas podem e devem ser trazidos à tona em razão de sua pertinência, observada no cotidiano de cada povo indígena.

Mignolo (2008) adverte ainda que por meio da interculturalidade crítica, é possível estabelecer uma aproximação com as perspectivas epistemológicas ocidentais, sem que existam, entre os saberes indígenas e as epistemologias ocidentais, relações de subalternização e hierarquização de um saber pelo outro. Conforme Ladeira (2004, p. 143):

O desafio da educação escolar indígena é se propor um sistema de ensino de qualidade e diferenciado, no sentido de atender as especificidades de um povo diferente da sociedade nacional, considerando que seus horizontes de futuro não são os mesmos que os nossos, e não reduzir a questão ao atendimento por meio dos programas de inclusão social dos anseios individuais, ainda que legítimos, de alguns dos estudantes indígenas.

Para isso, além dos conteúdos exigidos pela Educação Brasileira (Geografia; Língua Portuguesa; Ciências; Matemática; Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Inglês; Biologia; Espanhol; História, Artes, Filosofia e Educação Física), o currículo foi construído com base nos saberes específicos, que de acordo com o povo Tapuia contribuem para o fortalecimento sociocultural, identitário e linguístico, como mostra o Quadro 1:

Quadro 1. Conteúdos específicos que compõem o currículo da Escola Estadual Indígena Cacique José Borges – povo Tapuia (GO)

Pinturas e adornos corporais indígenas	Pintura em madeira	Português Tapuia
A importância do ser Tapuia	Artesanato com sementes e missangas	Historiografia do Português Tapuia
Formação do Povo Tapuia	Luta corporal	Escrita cotidiana Tapuia :O relato
Identidade Tapuia	Argumentação escrita: lutas e conquistas do Povo Tapuia, por meio da escrita	Argumentação oral: o debate regrado/lutas e conquistas do povo Tapuia por meio da oralidade
Árvore Genealógica	Arquitetura	Cinema da história do povo Tapuia
Atividades humanas e impactos ambientais	Elementos expressivos da cultura indígena/Tapuia	Argumentação na escrita acadêmica: divulgação das produções acadêmicas do Povo Tapuia
Jornal Tapuia	Brincadeiras tradicionais do tronco Xavante e Kaiapó	Leitura, produção e interpretação de texto do Povo Tapuia
Arquitetura indígena tradicional do povo Tapuia	Peças teatrais a partir da historiografia Tapuia	Memória cultural: provérbios e ditos populares
Cerâmicas de argila	Agricultura e Pecuária desenvolvida na Aldeia Tapuia	Função da arte na cultura Tapuia
Pintura de tecidos	Saúde Indígena	Fotografia da história de vida dos Tapuias
Escultura em madeira	Estudo territorial Tapuia	Lixo
Músicas e danças tradicionais	Situação atual do negro	Imagens e identidade do povo Tapuia
Confecção de artesanatos com missangas, sementes	Vegetação da aldeia. Tipos de vegetação do Cerrado	Cuidar das Nascentes
Trabalhos com Maminha de Porca	Situação atual das terras indígenas	Diversas culturas Indígenas/Tapuia
Valores da ética	Cultura Indígena – Consciência Tapuia	Importância da educação e da escola
Artesanato	Práticas culturais rituais, celebrações, músicas indígenas, produção de textos	O respeito pela diversidade cultural
Inter -classe indígena	Esporte tradicional	Dança
Contação de causos	Corrida de tora	Poluição do Rios da Aldeia
Festas tradicionais	Aspecto material e não-material da cultura	Direitos e deveres do cidadão
Cultura	Cultura Indígena Tapuia	Religião

Consciência ambiental	Clima predominante da Aldeia	Patrimônio cultural
-----------------------	------------------------------	---------------------

Fonte: PPP da Escola Estadual Indígena Cacique José Borges – povo Tapuia (2020).

Os conteúdos que compõem o currículo seguem as determinações da Constituição Federal e Constituição Estadual, LDB (Lei N. 9.394/96), Lei complementar N. 26/98, Resolução CNE/CEB nº 4, de 16 de agosto de 2006 e Resoluções do CEE/CEB nº 291/2005, 285/2005, 04/2006, PCNs e a Resolução de nº 5, de maio de 2012. De acordo com o PPP (2018, p. 18) a escola segue:

O currículo mínimo exigido pela gestão da Educação Brasileira às concepções de currículo diferenciado a que os povos indígenas têm direito garantido na Constituição Federal (1988) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (Resolução de Nº 5 de 2012).

A leitura do Quadro 1, evidencia alguns, dos muitos saberes específicos essenciais para o povo Tapuia sugeridos no PPP da escola indígena, propondo conteúdos adequados e coerentes à realidade sociocultural do povo.

Na descrição dos saberes específicos o PPP destaca a valorização das narrativas, da oralidade, muito presentes entre os mais velhos. Para eles o conhecimento ancestral e cosmológico está registrado na sabedoria dos anciões e anciãs de seu povo e isso precisa estar presente no processo de ensinar crianças e jovens pela tradição oral. Isso contribui no acesso e recuperação das memórias históricas e na reafirmação da identidade do Povo Tapuia.

O PPP também destaca como necessário o estudo e fortalecimento da língua própria – o Português Tapuia que de acordo com Rodrigues (2018, p. 139):

O monolinguismo Tapuia, aliado ao seu fenótipo afro-indígena, tem sido um forte argumento em favor do não reconhecimento social do povo Tapuia como indígena e, em consequência, do questionamento ao seu direito às terras do antigo aldeamento. Como estratégia de defesa e resistência, a comunidade passou a buscar formas de fortalecimento de sua identidade indígena, principalmente para a defesa e garantia do direito a suas terras; e uma das ações nessa direção foi a proposta de ensino escolar de uma língua indígena, com o objetivo de “recuperar” a identidade indígena.

Para Rodrigues (2018, p. 140): “o português sempre foi a língua do aldeamento e que, por isso, o mais importante para a comunidade é assumir seu monolinguíssimo em português e valorizar, inclusive na escola, o Português Tapuia”. Para Trindade (2009), o é

uma “variante do português brasileiro” e ao estudar a monotongação, defende que esta seja um traço identitário do falar Tapuia.

Quanto ao direito de uma educação específica, plurilíngue, intercultural e diferenciada o PPP (2018, p.07), adverte que:

A comunidade Tapuia, atualmente, tem participado de uma educação escolar que valorize e fortaleça sua cultura, principalmente, e que promova meios e formação voltados para a sustentabilidade, material e imaterial, do Povo Tapuia. O direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada é assegurado na Constituição Federal de 1988 e na Resolução nº 5/2012. De acordo com as concepções e contextos apresentados, este projeto propõe o desenvolvimento de ações político-pedagógicas, que visem o fortalecimento de um programa de Educação Específica para a realidade Tapuia, ancorado nos eixos da *diversidade* e da *sustentabilidade*, e nos princípios pedagógicos do *bilinguismo*, da *interculturalidade* e da *transdisciplinaridade*, respeitando a construção sócio-histórica da comunidade Tapuia e a formação sócio-histórico-cultural do Português Tapuia, entendido como a *língua materna* dos Tapuia, portanto, a *língua de ensino*, na escola da comunidade.

Laraia (1986, p131), defende que o Brasil é uma nação na qual sobrevivem mais de duzentos povos indígenas etnicamente diferenciados, é na verdade um “Estado multiétnico e multinacional”. Nesse sentido, garantir os direitos coletivos dos indígenas dentro de suas realidades e especificidades é dever do Estado e da sociedade brasileira. Para Araújo (2006, p.17), é preciso reconhecer e respeitar os indígenas como “detentor de direitos de cidadania garantidos a todos os brasileiros, como integrante, ao mesmo tempo, de um determinado povo com direitos específicos e necessidades especiais”.

Outra questão que o PPP propõe é a diversidade e a sustentabilidade como eixos sustentadores da escola e comunidade Tapuia. A diversidade é compreendida como a existência e a garantia de viver de forma específica e particular e a sustentabilidade, é como o respeito ao ambiente e a cultura.

Diferente da lógica capitalista, de uma sociedade de consumo e predatória, os Tapuia, assim como a maioria dos povos indígenas do Brasil, não separam sociedade e natureza. E não separar significa uma valorização e respeito aos bens naturais, sobretudo, a terra que para eles é a mãe progenitora da existência. Diferente de nós – não indígenas – os povos indígenas pensam os elementos e seres da natureza como outros sujeitos e não como coisas ou recursos. Krenak (2019, p. 18), afirma isso em seus escritos:

Aprendi que aquela serra tem nome, Takukrak e personalidade. De manhã cedo, de lá do terreiro da aldeia, as pessoas olham para ela e sabem se o dia vai ser bom ou se é melhor ficar quieto. Quando ela está com uma cara do tipo *não estou para conversa hoje*, as pessoas já ficam atentas. Quando ela amanhece esplêndida, bonita, com nuvens claras sobrevoando a sua cabeça, toda enfeitada, o pessoal fala: pode fazer festa, dançar, pescar, pode fazer o que quiser.

As palavras de Krenak (2019) e em praticamente todos os seus escritos evidenciam que é justamente as distintas formas socioculturais de compreender a natureza que revelam como esta vem sendo tratada: para os indígenas como elemento essencial para a vida humana, para a lógica capitalista como recurso, produto e mercadoria. De acordo com Jacobi (2003, p.192):

De fato, o saber ecológico e os costumes tradicionais indígenas de gestão dos recursos naturais apresentam soluções baseadas não somente em generalidades de experimentação e observação, mas enraizadas em sistemas locais de valores e significados. Nesse contexto, a noção de sustentabilidade implica repensar o modo pelo qual a própria natureza é concebida e, conseqüentemente, os valores culturais que condicionam as relações de uma determinada sociedade para com a natureza.

De acordo com Diegues (1996, p. 97): “Mais do que repressão, o mundo moderno necessita de exemplos de relações mais adequadas entre homem e natureza”. Sobre o assunto, temos muitos que aprender com os diferentes povos e suas formas de vida.

Para os povos indígenas a sustentabilidade não é compreendida apenas em uma perspectiva ecológica; mas, sociológica, cosmológica e cultural. E não pensam em propostas e projetos sustentáveis como possibilidade de futuro, mas no tempo presente, do cotidiano. Para Azanha (2005, p.14):

Os projetos cotidianos dos índios dizem respeito à subsistência e à segurança do círculo mais imediato de “parentes” e cada sociedade indígena define com precisão este círculo. É visando à segurança atual, no aqui e agora, deste grupo de parentes que homens e mulheres indígenas agem na sua faina diária no interior da floresta, dos cerrados, da mata atlântica ou alhures. O que não quer dizer que não se pense em um “futuro”; ao contrário, pensa-se e traçam-se planos e projetos até, mas visando a melhora da segurança (a vida enfim) do círculo imediato dos parentes. Sustentar-se, portanto, nas sociedades indígenas, significa manter o equilíbrio das trocas com o mundo natural (e sobrenatural) visando à segurança dos parentes mais próximos e repondo, no processo, os estoques de corpos humanos, das almas e dos seres (recursos) “naturais”.

É possível compreender na reflexão que Azanha (2005), traz, como as ações, atividades, formas de perceber e entender a natureza e o espaço para os indígenas é sempre um pensar coletivo, uma construção sociocultural. Sobretudo, que não há separação entre sociedade e natureza, é um espaço único de trocas, vivências e interações, que exige cuidar e respeitar. Nesse contexto, diversidade para os indígenas passa ser um conceito também relacionado na percepção e compreensão de natureza vida. Sobre o tema, dados do (ISA, 2000, p. 262), afirmam que para os povos indígenas:

A conservação de uma diversidade não responde apenas a fatores utilitários. É um bem coletivo inserido num referencial cultural comum que se expressa, por exemplo, através dos mitos de origem da agricultura ou das plantas.

Para os indígenas é possível cultivar a terra sem prejuízo ao ambiente, pelo recurso e técnicas de manejo que, ao contrário das usualmente empregada por nós, respeitam as características básicas das áreas manejadas e fomentam a diversidade que lhes é própria. Portanto, o PPP destaca ainda a necessidade de as atividades escolares contemplarem além das experiências e o saber do povo, o acesso ao conhecimento adquirido nas interações com as sociedades não indígenas.

Como os povos indígenas, não consideram o tempo como cronológico, mas, cultural. As horas, dias, meses, são quantificados conforme as tarefas do cotidiano e de marcadores da natureza como rios, pássaros, vento, estrelas, entre outros, uma concepção em total relação com elementos da natureza. Nesse contexto, a carga-horária da escola precisa também considerar as especificidades. Sobre a carga-horária, o PPP (2018, p. 47) propõem que:

Os dias letivos poderão ser considerados, ainda os dias destinados a Conselho de Classe, bem como, também as atividades ligadas ao ensino-aprendizagem, tais como cerimônias culturais, celebrações, atividades de campo, intercâmbio intercultural e outros fatores relevantes ao ensino e aprendizagem para o povo Tapuia. Os dias reservados para as atividades pedagógicas são aqueles em que os professores fazem seus planejamentos, com orientação da Coordenação Pedagógica da Escola e da Coordenação Regional de Educação de Rubiataba, Educação do Campo (Superintendência do Ensino Fundamental e Ensino Médio). Feriados Letivos são cerimônias culturais, rituais, celebrações religiosas e fúnebres próprias da comunidade indígena. As férias dos professores desta Unidade Escolar serão coletivas no mês julho já definido no calendário escolar.

A respeito do processo de avaliação, considera-se a participação cotidiana dos alunos e alunas nas atividades escolares, bem como:

sua comunicação com os colegas, com os professores e com os agentes educativos, sua sociabilidade, sua capacidade de criar, apropriar-se dos conteúdos disciplinares inerentes à sua idade e série, de tomar iniciativa e seu desenvolvimento ao ler, escrever e interpretar, visando à sua aquisição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários ao pleno exercício da cidadania. Os critérios de avaliação deverão ser elaborados e compartilhados pela comunidade indígena, considerando além das atividades de ensino aprendizagem, a participação dos alunos nas atividades culturais e rituais, os conhecimentos da história da comunidade Tapuia e a experiência social específica da aldeia e devendo também ser processual e contínuo, em consonância com as definições do Regimento Escolar e da Legislação em vigor no Artigo 92 da Resolução 5/ de CEE. (PPP, 2018, P.47-48).

Portanto, por mais que o processo avaliativo seja contínuo e envolva não apenas os espaços da escola, mas a inserção e cotidiano do aluno na comunidade, nas festas, rituais, atividades, entre outras, provas e notas ainda são exigidas como produto do processo de avaliação.

É sabido que para a construção de uma proposta curricular intercultural, específica e diferenciada só é possível quando se respeita as particularidades internas do povo, o que eles desejam aprender e o que é importante para o contexto cotidiano e da realidade. Sobre esse assunto Ferreira (2005, p.169) afirma que:

É vital estar claro: os desejos indígenas são fundamentais, as línguas indígenas são fundamentais, os mitos de origem indígenas são fontes que dinamizam as suas culturas, seus universos constituem bases para a construção de uma educação escolar em um só tempo diferenciada e significativa.

Notou-se que a Educação Escolar Indígena defendida no PPP pode ser uma ferramenta importante e essencial para devolver aos Tapuia autonomia de implementação, elaboração, gestão e execução de uma educação adequada aos costumes e práticas socioculturais, bem como fortalecer a identidade e a língua desse povo.

Considerações Finais

Há na Constituição Brasileira, dispositivos legais que abriram a possibilidade para que a Educação Escolar Indígena se constitua em um instrumento de valorização das línguas,

dos saberes e das tradições indígenas, deixando de se restringir a um instrumento de imposição dos valores culturais não indígenas. Nesse contexto, compreende que a Educação Escolar Indígena poderá, então, desempenhar um importante e necessário papel no processo de autodeterminação, autonomia e fortalecimento sociocultural dos povos.

Portanto, quando se observa as inúmeras realidades das escolas indígenas no Brasil, as condições de trabalho dos professores e a infraestrutura existente, os avanços ainda são poucos e para muitos povos à educação, o acesso à escola não existe. É possível afirmar que todos os povos indígenas tem em sua história um abismo de décadas de negação à educação, apesar de garantida na constituição de 1988, a implementação das primeiras escolas foi nas décadas de 1980/1990.

Os povos que já tem escolas nas aldeias e busca promover uma Educação Escolar Indígena enfrentam muitos problemas e desafios entre eles: contratação de professores indígenas; concurso público para professores indígenas; cumprimento de carga horária; alimentação adequada; materiais específicos; formação continuada para os professores indígenas; intercâmbio entre povos; espaços de aula apropriados; entre tantas outras questões.

Sobre o PPP da Escola Estadual Indígena Cacique José Borges do povo Tapuia é importante ressaltar que no Estado de Goiás, a SEDUCE, tem trabalhado conjuntamente os três povos indígenas (Karajá, Avá-Canoeiro e Tapuia), por meio da Subsecretaria de Educação do/no Campo, Indígena e Quilombola, para poder construir propostas específicas, currículos e PPPs que atendam as particularidades de cada povo ou comunidade. Isso contribui para viabilizar a proposta de PPP apresentada.

Constatou-se na análise do PPP que os conteúdos específicos propostos pelo currículo são adequados para a realização de uma Educação Escolar Indígena que atenda a realidade do povo Tapuia. Portanto, é sabido que é através da prática docente e envolvimento dos estudantes a garantia da proposta elaborada. Só o PPP não garante a proposta almejada pelos Tapuia.

Compreende-se que se a prática docente for coerente com a proposta do PPP apresentada ela poderá contribuir: para o fortalecimento e empoderamento étnico e identitário; para a emancipação epistemológica pela valorização da língua materna, o Português Tapuia; para o fortalecimento da consciência ambiental e proteção do território;

para o respeito pela oralidade, histórias e narrativas e tantas outras práticas e elementos culturais; entre outros saberes essenciais para o povo Tapuia.

Contudo, a proposta de uma Educação Escolar Indígena que tenha os indígenas como protagonistas do processo de implementação e execução e não a continuação de uma Educação Indígena pautada no pensar do outro, de fora, com modelos disciplinares e longe das realidades indígenas, pode também contribuir de forma significativa para a permanência dos indígenas no território.

Referências

- APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo, Atlas, 2009.
- ARAÚJO, A. V. et. al. **Povos Indígenas e a Lei dos “Branços”**: O Direito à Diferença. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. (Série Vias dos Saberes – Projeto Trilhas de Conhecimentos).
- BETINI G. A. A construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola. **Revista Pedagogia Unipinhal**. P. 37-44, 2005.
- BICALHO, P. S. S. O Reconhecimento Indígena além do Direito: uma referência ao Povo Indígena Tapuia do Carretão. **Fragmentos De Cultura**, Goiânia, v. 25, n. 4, p. 573-584, out./dez. 2015.
- BRAVO, R. S. **Técnicas de investigação social: Teoria e exercícios**. 7 ed. Ver. Madrid: Paraninfo, 1991.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1988). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 03/03/2020
- DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo, Hucitec, 1996.
- DIRETRIZES PARA A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA. **Caderno de educação básica**. Comitê de Educação Escolar Indígena, 2ªed. Brasília: MEC/SEF/DPEF, p.24, 1994.
- FERREIRA, R. **Educação Escolar Indígena e Etnomatemática: a pluralidade de um encontro na tragédia pós-moderna**. 2005. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GADOTTI, M. O projeto político-pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania. **Revista de educação, ciência e cultura**. Canoas, Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, v. 1, n. 2, p. 33-41, 2000.

- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso: 19/02/2020.
- JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, março, p. 189-205, 2003.
- KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LADEIRA, M. E. Desafios de uma política para a educação escolar indígena. **Revista de Estudos e Pesquisas**, v. 1, n. 2, p. 141-155, 2004.
- LARAIA, R. A Cidadania e a Questão Étnica. In: TEIXEIRA, J. G. L. C. (Org.). **A Construção da Cidadania**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, p. 129-184, 1986.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.
- MIGNOLO, W. La opción de-colonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso. **Tabula Rasa**, Bogotá, Colombia, n. 8, p. 243-281, 2008.
- NAZARENO, E. PIBID-diversidade: construção de bases epistemológicas na formação de professores indígenas. **Crítica Educativa** (Sorocaba/SP), v. 3, n. 2 - Especial, p. 493-506, jan./jun.2017.
- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP). **Escola Estadual Indígena Cacique José Borges do Povo Tapuia (GO)**. Secretaria de Educação do Estado de Goiás (SEDUCE), Disponível em: <https://site.educacao.go.gov.br/>.
- RICARDO, C. A. (Editor Responsável). Povos indígenas no Brasil: 1996/2000. **Instituto Socioambiental (ISA)**, São Paulo, 2000.
- RODRIGUES, E. M. R. Português Tapuia: um signo de resistência indígena. **Revista Porto das Letras**, Vol. 04, N° 01. 2018.
- PHILLIPIS, B.S. **Pesquisa social: estratégias e táticas**. Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1974.
- SESAI. **Secretaria Especial de Saúde Indígena**. Dados locais, não publicado, 2020.
- SILVA, L. G da. A luta pela terra, a luta pela vida: a interveniência das Políticas Públicas no Território do Povo Indígena Tapuia em Goiás. **Ateliê Geográfico - Goiânia-GO**, v. 7, n. 3, 2013, p.164-187.
- TRINDADE, I. E. **O fenômeno da monotongação no português Tapuio**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, 2009.
- VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 15.ed. Campinas: Papyrus Editora, 2002.